

## 7

### **Paris na idade média: pobreza e reciprocidade.**

A troca é um conceito fundamental para marketing. Ocorre quando uma pessoa abre mão de um recurso para obter outro recurso de outra parte. Os recursos para troca incluem moeda, tempo, bens e serviços. Outros recursos intangíveis também podem fazer parte da troca, como sentimentos, status e informação. (ALWITT e DONLEY, 1996).

#### **7.1.**

##### **Reciprocidade e caridade: a força do cristianismo na idade média**

Na Idade Média a reciprocidade estava relacionada à prática da caridade. A caridade na época medieval era considerada uma obrigação. No Cristianismo, a ideia da doação - um meio de criar um elo entre indivíduos e grupos - adquire uma nova dimensão, tanto espiritual quanto institucional. Dar esmolas é uma forma de redenção dos pecados e a existência de pobres na sociedade cristã é uma consequência natural do plano de divino para a salvação das almas. A exaltação da pobreza permanece um elemento importante no ensino religioso. Sua função varia de acordo com a audiência: para o pobre, a ênfase estava no mérito de aceitar sua sina com humildade, com a perspectiva de salvação; para o rico era um reforço da necessidade de fazer caridade para a remissão dos pecados (GEREMEK, 1994).

Temin (2006) defende que a economia medieval, apesar de ter mercado de produtos, não estava orientada para o mercado. Portanto, usando os conceitos de padrões de troca de Polanyi, pode-se inferir que a vida econômica medieval era dominada pelas formas sócio-econômicas da redistribuição e reciprocidade, com algumas “ilhas” de urbanização com atividades de troca comercial (BLOCH, 1961; EPSTEIN, 2000; PIRENNE, 1925 apud TEMIN, p. 140).

As seções Paris Medieval e Migração estão baseadas no livro de Sharon Farmer (2002), *Surviving Poverty in Medieval Paris*.

## 7.2. Paris medieval

Em torno de 1303, Guillaume de Saint-Pathus escreveu a obra *A vida e os milagres de São Luis* (Rei Luis IX da França que reinou entre 1226 e 1270). O livro incluía os relatórios da pesquisa eclesiástica que estudou os sessenta e três milagres atribuídos ao santo. Esta investigação constituiu a documentação para provar a santidade do rei e pleitear sua canonização, o que foi realizado em 1297. A maior parte dos milagres refere-se a curas ocorridas após a visita ao túmulo do Rei Luis, localizado na Igreja de St. Denis, próxima a Paris, entre 1271 e 1282. Os relatos revelam aspectos da vida na época, especialmente dos pobres. Nas narrativas o autor revela o nome, a ocupação, o local de origem, local de residência e o número de anos em que estava vivendo no local. Também registrava os dados das testemunhas dos milagres: ocupação e nome dos maridos das testemunhas mulheres. Estes ricos detalhes dos beneficiados e das testemunhas dos milagres de São Luis são muito valiosos para historiadores e pesquisadores reconstituírem a vida dos pobres trabalhadores e não trabalhadores da época.

Os pobres trabalhadores e não trabalhadores representavam a metade da população de Paris. A melhor evidência desta estimativa é o relatório de impostos de 1292, onde menos de 25% dos chefes de família eram considerados potenciais contribuintes. Os 75% restantes também incluíam aqueles que não pagavam impostos: nobres, clérigos e estudantes – mas a maioria dos não contribuintes eram pessoas pobres dependentes de caridade, trabalhadores sem propriedade, entre outros cuja renda era tão insignificante que não eram elegíveis para pagar nem o imposto de 12 deniers, ou 1 sou, que corresponde aproximadamente a 1 ½ de trabalho de um operário de construção. Quando a doença, a idade e a invalidez interrompiam o ritmo de trabalho destas pessoas, eles cruzavam a linha entre os pobres trabalhadores e não trabalhadores, juntando-se a massa de pedintes que se amontoavam as portas de paróquias, mosteiros, funerais e na Place de Grève – o maior porto comercial de Paris.

*Historiadores modernos estimam que a população de pedintes em Paris possa ter representado 10% ou mais da população total da cidade<sup>1</sup>. Portanto é perfeitamente plausível que numa cidade de aproximadamente 200.000 habitantes de 5 a 9 mil pobres comparecessem a um funeral para pedir esmolas [...] (FARMER, 2002, p. 33, tradução nossa).*

Fatores estruturais na economia também contribuía para as pessoas não poderem trabalhar ou encontrar trabalho. Apesar de sua concentração de riqueza, Paris foi atingida pela desaceleração econômica que afetou toda a Europa na segunda metade do século XIII. Durante reinado de Luis IX o nível de desemprego já era alto e em 1288 o chefe dos tintureiros queixou-se de que metade de seus colegas de profissão ficava desempregada com frequência. Os salários mantinham-se constantes enquanto o preço dos grãos aumentava.

*Entre 1315 e 1322 a Grande Fome varreu Paris junto com o norte da Europa. Em 1315 os pobres morriam pelas ruas. Em 1316 os preços do trigo, cevada e aveia dispararam. Alguns padeiros reagiam a este aumento adulterando o pão – eles foram exilados do reino. No verão de 1323 uma epidemia atingiu a população enfraquecida matando um grande número de pessoas especialmente em Paris (FARMER, 2002, p. 35-36, tradução nossa).*

### **7.3. Migração**

Para os imigrantes as dificuldades eram maiores: estavam longe de suas famílias e ainda não haviam criado laços na cidade. Eles tinham que sobreviver da esmolas de passantes. Nesta época as pessoas migravam para as cidades de Paris e St Denis não por causa da oferta de trabalho, mas pela maior distribuição de caridade e pela fama dos lugares santos de fazer milagres de cura. Este fato sinaliza que os padrões de troca sócio-econômicas ainda eram bastante presentes. Os pobres contavam com a redistribuição e com a reciprocidade na forma de caridade, já que a troca voluntária de trabalho por remuneração não garantia sua subsistência.

---

<sup>1</sup> Geremek, Margins, p.194.

Muitos migrantes ao chegar a Paris tinham que trabalhar como servos nas residências ou outros trabalhos que não exigissem experiência ou habilidades especiais. As mulheres normalmente trabalhavam nas posições com os salários mais baixos e recebiam ainda menos do que os homens na mesma posição. Nos relatos dos milagres de São Luis, todas as mulheres retratadas trabalhavam nas posições mais baixas:

*Amelot de Chaumont que tinha aproximadamente 28 anos quando saiu de sua cidade de Vexin para St Denis (aproximadamente 30 milhas) acabou trabalhando como doméstica na residência de um burguês proeminente. Orenge de Fontenay, que viajou mais de 100 milhas desde sua cidade na diocese de Bayeux até Paris tornou-se fiadora de lã. Nicole de Rubercy, de 42 anos, que também migrou da região de Bayeux para Paris, tornou-se lavadeira quando enviuvou senão antes [...] (FARMER, 2002, p. 23, tradução nossa).*

*“Como o salário das mulheres não era suficiente para sustentar nem uma pessoa, muitas mulheres sem marido (solteiras ou viúvas) – incluindo muitas lavadeiras – tinham que complementar sua renda através da prostituição”<sup>2</sup> (FARMER, 2002, p. 23, tradução nossa).*

Havia abrigos especiais para as mulheres, mas ao entrar neste abrigo, solteiras e viúvas deviam abrir mão de sua independência. De acordo com o estatuto do abrigo Haudiettes, as mulheres que lá entrassem não poderiam jamais sair. Estariam sob a autoridade do seu proprietário Etienne Haudry e seus herdeiros masculinos. Não poderiam transmitir nenhuma propriedade sem a autorização do fundador e seus sucessores. A fundação e seus residentes deveriam ser designados como seus herdeiros.

Jovens pobres também migravam para os grandes centros para se tornarem aprendizes de um ofício. Na maioria das vezes os aprendizes moravam com os seus mestres, que assumiam responsabilidades como guardiões. Não está claro, entretanto, até que ponto estes jovens poderiam depender de seus guardiões em caso de doença ou invalidez. Durante o período inicial do aprendizado normalmente os servos e aprendizes custavam mais ao mestre do que rendiam em trabalho. Os mestres recuperavam estas despesas de duas formas: retinham os salários e os pupilos por um número de anos, lucrando com o trabalho pago abaixo do mercado ou mesmo não pagando salários, ou a família do aprendiz adiantava o pagamento das despesas com o treinamento.

---

<sup>2</sup> Ruth Karras, *Common Women: Prostitution and Sexuality in Medieval England* (New York, 1996), 48-55; Bronislaw Geremek, *The Margins of Society in Late Medieval Paris*, trans. From the French by Jean Birrel (Cambridge, 1987), 214 n. 12

Neste caso o aprendiz ficava um período menor sob a responsabilidade do mestre.

Temin (2006) sugere que os aprendizes na Europa se assemelham aos escravos romanos da antiguidade. Os escravos assim como os aprendizes estavam inseridos no mercado de trabalho, podendo substituir e serem substituídos por trabalhadores livres. Ambos podiam comprar sua liberdade: os escravos romanos podiam conquistar sua liberdade caso trabalhassem bem, demonstrassem ter habilidades ou se acumulassem *peculium* – uma espécie de moeda que os escravos possuíam.

#### **7.4. A mendicância**

Qual era a origem daqueles que recebiam caridade na Idade Média? É possível supor que dada a humilhação que representa somente aqueles que viviam na mais extrema pobreza se sujeitariam a viver de auxílio externo. Mas este não era o caso. Existia a distinção entre os pobres: membros da alta sociedade podiam perder seu status e serem reduzidos a pobreza. Havia também a massa de pobres trabalhadores cuja indigência era condição normal. Para eles, aceitar caridade não significava perda de dignidade. As multidões que se reuniam nos dias de distribuição de esmolas não faziam isso apenas para conseguir um pouco de dinheiro, mas também para participar de um ato social e encontrar outras pessoas nas mesmas condições. Portanto, o fato de aceitar caridade não é suficiente para definir uma categoria social. Além disso, o salário dos trabalhadores urbanos era muito baixo e gasto quase na sua totalidade com alimentação. Também era praticamente fixo - o que dificultava ainda mais a sobrevivência com o aumento do custo da comida. Economicamente, a vida de um artesão na cidade era bastante instável e tão precária quanto à de um lavrador ou camponês sem terra. Consequentemente, em épocas normais – sem desastres naturais e fome - a mendicância podia ser uma forma atraente de ganhar a vida (GEREMEK, 1994). As trocas comerciais voluntárias, inclusive a troca de trabalho por remuneração, não bastavam para garantir a subsistência, portanto os mais pobres dependiam da redistribuição e da reciprocidade para atingir um nível mínimo de consumo para seu sustento.

Farmer (2002) em seu estudo sobre a sociedade parisiense revela que no século XII o mero fato de não trabalhar tornava os mendigos moralmente suspeitos. Sem trabalho, estavam sujeitos aos perigos da indolência. Havia na época uma anedota famosa sobre dois mendigos: um cego e outro aleijado. Tornou-se popular pela primeira vez no século XII e foi recontada do século XIII ao XV. De acordo com a versão do século XII, quando dois mendigos tiveram a oportunidade de serem curados por São Martinho, um disse ao outro. “Espere, irmão, nós vivemos uma vida mansa, caso sejamos curados teremos que fazer trabalhos braçais, Deus nos livre!”. Na versão de Jacob of Voragine <sup>3</sup>, o motivo da recusa era porque eles “ganhavam muito dinheiro” pedindo esmolas juntos, portanto não queriam trocar seu lucro por sua saúde (FARMER, 2002, p.62, tradução nossa).

Uma variedade de textos do século XIII reputa os inválidos como responsáveis por seus infortúnios, considerando-os como punição pelos seus pecados <sup>4</sup>. “Os pobres eram considerados indulgentes, libidinosos, bêbados, invejosos e desonestos” (FARMER, 2002, p. 61, tradução nossa). Além disso, estas anedotas reforçavam a idéia de que a pobreza e a doença eram punições pelos pecados cometidos e de que era melhor ser caridoso com os pobres voluntários (os que faziam voto de pobreza) do que com os involuntários.

*O alegado sucesso financeiro dos mendigos sugere que para os pobres pedir esmolas pode ser mais lucrativo do que trabalhar. Os salários dos trabalhadores no século XIII eram realmente muito baixos e dificilmente levaria alguém a acumular riqueza. As mulheres trabalhadoras não ganhavam o suficiente nem para se sustentar e homens trabalhadores raramente conseguiam manter com seus salários uma família de quatro pessoas <sup>5</sup>. Na realidade, algumas esposas de maridos empregados completavam a renda familiar pedindo esmolas <sup>6</sup>. Sem ter o conhecimento dos baixos salários - insuficientes para manter uma família - as pessoas mais abastadas poderiam realmente pensar que o pobre estava mais inclinado a pedir esmolas do que trabalhar. E também pensar que a mendicância era fonte de algum tipo de riqueza oculta, mesmo para os inválidos (FARMER, 2002, p. 63, tradução nossa).*

<sup>3</sup> Jacobus de Voragine, *Legenda Áurea*, chap. 166, Ed. Th. Graesse (Dresden, 1846), 750; trans. Granger Ryan and Helmut Ripperger (New York, 1941), 673.

<sup>4</sup> John Boswell, *The Kindness of Strangers: The Abandonment of children from Late Antiquity to the Renaissance* (New Yourk, 1988) 338-39.

<sup>5</sup> Stephen of Bourbon, *Tractatus de diversis materis praedicabilibus*, Ed. A. Lecoy de la Manche, *Anecdotes historiques, legends et apologues tires du recoil inédit d'Etienne de Bourbon Dominicain du XII siècle* (Paris, 1877) pp. 5, 23-24.

<sup>6</sup> Farmer, “Down and Out Female in Thirteenth-Century Paris”, *American Historical Review* 103 (1998): 356-57.

## 7.5. Pobreza urbana x rural

Esta seção está baseada no livro *Poverty – A History*, de Geremek (1994).

A vida econômica medieval era caracteristicamente local: o comércio de longa distância era dificultado pela falta de transporte e conseqüentemente as condições econômicas variavam entre as regiões. A pobreza rural progredia da Idade Média de duas formas distintas. A primeira era o empobrecimento local que afetava toda a população de determinada região. A segunda era a pobreza como resultado da expansão da economia de mercado, que criava grandes discrepâncias no status financeiro entre a população rural.

A vida dos camponeses livres era tão precária que muitas vezes se ofereciam para tornarem-se servos. O apelo da proteção de um senhor era ter roupa e comida e em troca oferecer seu trabalho e obediência ao nobre e sua família: “Já que todos sabem que eu não tenho nada para comer e vestir, peço sua piedade para que eu possa ter uma roupa e colocar-me sob sua proteção”<sup>7</sup> (GEREMEK, 1994, p. 54, tradução nossa). Isso se assemelha os pobres em Roma Antiga que vendiam sua liberdade para se tornarem escravos e assim terem uma melhor condição de vida.

“O processo de empobrecimento da sociedade rural estava ligado à expansão da economia de mercado e o uso da moeda. Estes fatores também influenciaram outro aspecto da pobreza medieval: a pobreza urbana” (GEREMEK, 1994, p. 60, tradução nossa). Na metade do século XII a estrutura da vida dos camponeses havia mudado consideravelmente com a introdução da economia monetária no campo. Para quem vivia naquela época, a estrutura social estava se tornando cada vez mais fragmentada. A divisão tradicional entre nobres, clero e camponeses dava lugar a uma estrutura mais complexa onde o papel da profissão exercida dava origem a novos grupos sociais.

As novas formas de solidariedade que gradualmente tomaram conta da vida social das cidades, tais como as irmandades religiosas e organizações profissionais, eram baseadas em grupos e, portanto dividiam ao mesmo tempo em que uniam. A assistência que prestava a seus membros era na forma de reciprocidade - troca de recursos tangíveis e intangíveis - e redistribuição. Seus estatutos eram defensivos e para proteger seus próprios interesses criavam obstáculos legais e materiais para evitar a entrada de novos membros.

---

<sup>7</sup> Monumentz Germaniae Histórica, Formulae, I, p. 258. Cf M. Mollat, *Lês pauvres au Moyan Age: etude sociale*, Paris, 1978, p. 44.

Trabalhadores inexperientes estavam em especial desvantagem na sociedade urbana. Eles não pertenciam a nenhuma instituição profissional que protegesse seus interesses e por serem incapazes de se defender do preconceito contra o trabalho braçal, ficavam renegados, à margem da sociedade. As que mais sofriam por sua falta de status eram as trabalhadoras mulheres. Seus salários eram extremamente baixos, elas recebiam o mesmo que as crianças. As cidades medievais tinham poucas corporações de profissões tipicamente femininas. Uma mulher poderia tornar-se membro de uma instituição 'masculina' somente após a morte de seu marido, como viúva de um membro. A maior parte das mulheres se empregava como doméstica.

O estigma da pobreza na cidade originou duas tendências distintas: (a) ao pobre era vetado o direito de exercer plenamente sua cidadania pela exclusão das corporações profissionais; (b) delineou-se dentro das cidades uma área geográfica separada onde viviam os pobres. O indivíduo que não pertencia a nenhuma corporação não era pobre somente do ponto de vista financeiro, seu status social e legal era mais baixo e o impedia de participar integralmente da vida na comunidade. Os trabalhadores braçais e os que trabalhavam por diária estavam em posição similar. Eles também viviam fora das estruturas organizadas, com empregos instáveis e ganhos irregulares, tendo que se deslocar sempre. Nenhum destes indivíduos fora das corporações gozava plenamente de seus direitos como cidadãos.

A topografia da cidade também refletia a degradação da pobreza. Havia uma tendência das pessoas da mesma corporação viverem na mesma área. Quanto mais perto estavam do centro religioso e econômico da cidade, maior sua posição. O preço da terra era ditado por este arranjo e desta forma o sistema era mantido.

Com a flutuação da economia, mais e mais pessoas encontravam-se sem trabalho e com risco de passar fome. Os salários não acompanhavam a inflação e não eram suficientes para alimentar toda a família. A pobreza urbana era acentuada pela exclusão social e legal e pela topografia da cidade que restringia os pobres a uma determinada área.

Havia um elo entre a pobreza e a disseminação de epidemias já que a má nutrição contribuía para o aumento do número de doentes. Para agravar o problema, em épocas de fome, epidemias e crises no abastecimento de comida, os pobres migravam em massa para as cidades em busca de abrigo e ajuda.



Os hospitais desta época cumpriam a função de refúgio para os pobres de duas formas: providenciando abrigo durante a noite e distribuindo alimentos diariamente ou a intervalos regulares (GEREMEK, 1994). Em Paris, assim como em outras cidades, membros da burguesia e da aristocracia fundavam e sustentavam hospitais para abrigar os pobres doentes. No final no século XIII a elite já havia fundado pelo menos três hospitais: Maison-Dieu Phillepe de Magny (ou St.-Eutache), Maison-Dieu Jean l'Ecuillir e Maison-Dieu St.-Gervais. A estes hospitais juntaram-se na primeira metade do século XIV mais dois financiados por fundações burguesas: um por Ymbert de Lyon em 1316 e outro por Arnould Braques em 1348. Estes hospitais eram mantidos por doações (FARMER, 2002).

## 7.6.

### Conclusões do capítulo

Polanyi (1944) defende que a economia do homem está submersa em suas relações sociais. O homem age para salvaguardar sua situação e posição social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que servem aos seus propósitos.

Através da maior parte da história, a satisfação da subsistência era estruturada por laços de parentesco, políticos, religiosos e outras práticas culturais. (VINHA, 2001). Quando existe a ruptura com a estrutura social vigente aumenta a vulnerabilidade daqueles que estão nas camadas mais baixas da sociedade, nas palavras de Polanyi:

*A causa da degradação, não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima. O processo econômico pode, naturalmente, fornecer o veículo da destruição, e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da ruína não é essa razão econômica – ela está no ferimento letal infringido às instituições nas quais a sua existência social está inserida. O resultado é a perda do auto-respeito e dos padrões, seja a unidade de um povo ou uma classe, quer o processo resulte no assim chamado “conflito cultural” ou de uma mudança na posição de uma classe dentro dos limites da sociedade. (POLANYI, 1944, p. 191).*

A sociedade medieval era basicamente rural com algumas ilhas de urbanização nas cidades que começavam a crescer. O transporte era precário e inseguro, fazendo do comércio entre as localidades uma atividade ainda incipiente. A economia não era orientada pelo mercado, as formas sócio-econômicas de troca ainda dominavam os padrões de integração.

As transações comerciais na época medieval, incluindo a troca de trabalho por remuneração, não eram suficientes para garantir o sustento das pessoas mais pobres. Com o desmantelamento de sua estrutura social, os pobres migravam para Paris e outras cidades em busca de caridade. A caridade era uma forma de reciprocidade: os mais abastados trocavam bens materiais pela graça divina sob a forma de remissão dos pecados ou compensação após a morte. A redistribuição era realizada pelas autoridades: governo, igreja ou associações profissionais que distribuíam recursos conforme julgassem apropriado. As associações de classe representavam uma forma de refazer os elos sociais perdidos na migração para a cidade, a fim de criar uma rede de proteção nas situações de emergência.